

PROJETO DE LEI Nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuário, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº (Do Sr. Júnior Ferrari)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 77 do presente de Lei n. 733/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77......

Parágrafo único. As empresas de Navegação e terminais de privados estão isentas da obrigatoriedade no cumprimento do dispositivo de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE da ANVISA.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa **solucionar e acabar com as burocracias junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA RDC 345**, por refletirem excesso de burocracia para um setor que apenas opera a logística entre comprador e vendedor, além da ANVISA já controlar os verdadeiros fornecedores dos serviços que necessitam ser controlados (fornecedores de água, alimentos, coleta e destinação de resíduos, etc), nessa mesma perspectiva é importante ajustar Normativa que versa sobre o Certificado de Inspeção Sanitária ANVISA – RDC 72/2009, para que seja obrigatório apenas às embarcações tripuladas, com a finalidade de manter o controle sanitário de bordo, isentando assim as balsas/barcaças, que não possuem cartão de tripulação e apenas servem como implementos para o transporte de carga, tal qual uma carreta no transporte rodoviário.

Sala da Comissão em 12 de agosto de 2025.


JÚNIOR FERRARI
Deputado Federal – PSD/PA

